

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 58.568 - PR
(2018/0222426-8)**

RECORRENTE : RICARDO DE FREITAS
ADVOGADOS : WINNICIUS PEREIRA DE GÓES E OUTRO(S) - PR064481
FERNANDO PEREIRA DE GÓES - PR0041055
RECORRIDO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : FLÁVIO ROSENDO DOS SANTOS E OUTRO(S) - PR048177

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por Ricardo de Freitas, com fundamento no art. 105, II, *b*, da Constituição Federal.

Na origem, o mandado de segurança impetrado em face de ato supostamente ilegal praticado pela Secretária de Estado da Administração e da Previdência do Estado do Paraná, consiste na suspensão de ato que suspendeu o trâmite administrativo dos pedidos de aposentadoria dos Auditores Fiscais do Estado do Paraná que respondiam a Processo Administrativo Disciplinar até que estes fossem concluídos.

Deu-se a causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) em março de 2016.

Sustenta não existir previsão legal que autorize a suspensão dos pedidos de aposentadoria previsto na legislação do Estado do Paraná quando em curso Processo Administrativo Disciplinar, não podendo o artigo 172 da Lei n. 8.112/90 ser aplicado por analogia no caso em tela, para autorizar tal suspensão. Sustenta ainda que a Lei Complementar 131/2010, que dispõe sobre a carreira dos Auditores Fiscais do Estado do Paraná, foi aprovada posterior à Lei n. 8.112/90, e nela não há dispositivo semelhante ao citado artigo 172.

Denegada a ordem, interpôs o presente recurso ordinário contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 304):

1) DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. RESOLUÇÃO Nº 03890/2015-SEAP. SUSPENSÃO DO PROCESSO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. AUDITOR FISCAL INVESTIGADO NA OPERAÇÃO PUBLICANO. MANUTENÇÃO DA SUSPENSÃO. MEDIDA ASSECURATÓRIA.

a) No caso, o ato atacado (Resolução nº 03890/2015-SEAP), aceitou as fundamentadas Recomendações nº 09/2015 e 10/2015, do Ministério Público, suspendendo os pedidos de concessão de aposentadoria dos Auditores Fiscais que respondam a Processos Administrativos Disciplinares em razão dos desdobramentos da Operação Publicano.

b) Verifica-se que o ato não se trata de sanção administrativa, mas

de medida cautelar administrativa que visa assegurar o bom andamento das investigações de possíveis fraudes ocorridas no âmbito da Receita Estadual do Paraná.

c) Trata-se de providência absolutamente necessária para o adequado andamento das investigações e do processo, resguardando os interesses da Administração Pública

2) SEGURANÇA DENEGADA.

O recorrente reafirma as razões aduzidas na exordial, pugnando, ao final, pela reforma do acórdão recorrido, para determinar o prosseguimento do trâmite administrativo de seu pedido de aposentadoria voluntária.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 817-838).

O Ministério Público opina pelo não provimento do recurso ordinário, conforme se infere da leitura do parecer assim ementado (fl. 867):

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. APOSENTADORIA. SUSPENSÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. OPERAÇÃO PUBLICANO. RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ARTIGO 172 DA LEI 8.112/90. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA. POSSIBILIDADE. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

- Parecer pelo desprovimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

As disposições da Lei 8.112/1990 são aplicáveis no âmbito os Estados nas hipóteses em que existam lacunas nas leis locais que regem os servidores públicos e não haja incompatibilidade entre as normas.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. AGRAVO INTERNO. SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. IRREGULARIDADES NO PROCESSAMENTO. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. CONDUTA ILEGAL PASSÍVEL DE DEMISSÃO. NATUREZA

VINCULADA DA IMPOSIÇÃO DA SANÇÃO. PRECEDENTE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

3. As disposições editadas pela União na Lei nº 8.112/1990 aplicam-se quando há lacunas na lei local, desde que haja compatibilidade entre elas sobre a questão. Precedentes.

(...)

(AgInt no RMS 54.617/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 12/03/2018)

Dessa forma, a lacuna na Lei Complementar Estadual n. 131/2010 do Estado do Paraná acerca da possibilidade de suspender o processo de aposentadoria enquanto tramita o processo administrativo disciplinar deve ser suprida com a aplicação subsidiária da Lei 8.112/1990.

Trata-se de legítima integração da legislação estadual por meio da aplicação subsidiária da norma federal, consoante pacífica jurisprudência.

No tocante ao alegado excesso de prazo para concluir o processo disciplinar. Tem-se que se trata de processo administrativo disciplinar altamente complexo, decorrente da conhecida Operação Publicano, que deflagrou um dos maiores esquemas de corrupção no âmbito das auditorias fiscais das Fazendas Estaduais, o que, ao menos em tese, justifica o prazo necessário para a sua conclusão, ainda que pareça ultrapassar o prazo legal.

É que, não raro, os próprios acusados buscam protelar o processo administrativo, com infundáveis manobras e requerimentos com vistas a impedir o regular processamento do PAD.

Daí que é de se presumir que a complexidade dos autos disciplinares e as múltiplas petições, recursos, requerimentos, testemunhas, e todas as providências que a a vivência do foro permite concluir ocorram no âmbito de processos de tal natureza complexa, não autorizam a conclusão de que o alegado excesso de prazo tenha decorrido de culpa da Administração, o que afasta o direito líquido e certo da alegação.

Ademais, não há nos autos elementos suficientes para se concluir fosse a demora injustificada, e eventual demonstração neste sentido necessariamente demandaria dilação probatória, o que é vedado nos estreitos limites do mandado de segurança.

Outrossim, não se vislumbra qualquer prejuízo para a Administração na suspensão dos processos de aposentadoria voluntária, já que os recorrentes estão afastados de suas funções.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XVIII, *b*, do RISTJ, nego provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de fevereiro de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator